

No período compreendido entre Setembro de 1996 e Março de 2000, exerceu funções como Técnica Superior, Gabinete do Gestor do Programa Formação Profissional e Emprego (PESSOA).

No período compreendido entre Março de 2000 e Dezembro de 2008, Departamento de Desenvolvimento Organizacional e Estratégico, como técnica superior Consultora e Coordenadora do Núcleo de Desenvolvimento das Condições de Trabalho.

No período compreendido entre Março 2001 e 2005, foi representante do IEFP, I. P. no Conselho Consultivo dos Serviços Sociais do MTSS.

No período compreendido entre 7 de Fevereiro de 2003 e Junho de 2006, Coordenadora da Comissão de Segurança e Saúde no Trabalho dos Serviços Centrais.

No período compreendido entre 1 de Fevereiro de 2002 e 31 de Maio de 2007, exerceu o cargo de Coordenadora do Núcleo de Desenvolvimento das Condições de Trabalho do Departamento de Recursos Humanos.

Desde 2 de Abril de 2008, é representante do IEFP, IP, no Conselho Técnico-Pedagógico do CITEFORMA;

No período compreendido entre 29 de Dezembro de 2008 e 28 de Dezembro de 2009, exerceu o cargo de Chefe de Divisão da Divisão de Apoio Técnico e Administrativo da Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

Data: 2010-01-18. — Nome: *Sara Maria Murta Ribeiro*, cargo: Directora do Departamento de Desenvolvimento Organizacional e Estratégico.

202809975

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde

Despacho n.º 1664/2010

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 2.º e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, designo, por cedência de interesse público pelo Centro Hospitalar de Lisboa Central, E. P. E., a licenciada Sandra Cristina Gomes Gaspar para prestar colaboração no meu Gabinete para a realização de estudos, no âmbito da respectiva especialidade, sendo-lhe atribuído o estatuto remuneratório equiparado a adjunto de Gabinete, incluindo o abono de despesas de representação, subsídios de refeição, de férias e de Natal.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 18 de Janeiro de 2009.

19 de Janeiro de 2010. — O Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, *Manuel Francisco Pizarro Sampaio e Castro*.

202812152

Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.

Contrato (extracto) n.º 27/2010

Extracto do contrato-programa no âmbito do Serviço Nacional de Saúde

Nos termos do n.º 2 do artigo 165.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, dá-se conhecimento que foi celebrado a 1 de Junho de 2009 entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., a Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., e o Centro Hospitalar Oeste Norte, integrado no Serviço Nacional de Saúde, o contrato-programa relativo ao período de 1 de Fevereiro a 31 de Dezembro de 2009, o qual foi homologado por despacho de 9 de Outubro de 2009 do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde.

O valor global do contrato é de € 34 322 194,84.

5 de Novembro de 2009. — O Presidente do Conselho Directivo, *Manuel Teixeira*.

202813205

Contrato (extracto) n.º 28/2010

Extracto do contrato-programa no âmbito do Serviço Nacional de Saúde

Nos termos do n.º 2 do artigo 125.º da Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro de 2007 dá-se conhecimento que foi celebrado a 18 de Março

de 2009 entre a Administração Central do Sistema de Saúde, a Administração Regional de Saúde do Alentejo, IP e a Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE, incluído na rede do Serviço Nacional de Saúde, o acordo modificativo para 2008, relativo ao contrato-programa para o triénio de 2007-2009, o qual foi homologado por Despacho de 14 de Outubro de 2009 do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde. O valor global do contrato é de 17.242.856,68€ para o período de Outubro a Dezembro de 2008.

Lisboa, 18 de Novembro de 2009. — O Presidente do Conselho Directivo, *Manuel Teixeira*.

202813084

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

Declaração de rectificação n.º 134/2010

Por ter havido lapso na redacção do aviso n.º 556/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 8 de Janeiro de 2010, a pp. 933 a 934, procede-se à sua republicação, mantendo-se válidas as candidaturas entretanto apresentadas.

Procedimento concursal para ocupação de um posto de trabalho da categoria de técnico de 2.ª classe de análises clínicas e de saúde pública da carreira de Técnico de diagnóstico e terapêutica, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

1 — Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, da Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, do despacho do Secretário de Estado da Administração Pública n.º 1335/2009/SEAP, de 12 de Outubro, sobre o qual o Ministro de Estado e das Finanças exarou despacho de concordância com o n.º 748/09/MEF, de 14 de Outubro e do Código do Procedimento Administrativo, faz-se público que, por deliberação de 17 de Dezembro de 2009 do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., se encontra aberto, pelo prazo de 20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso para ocupação de um posto de trabalho na categoria de técnico de 2.ª classe de análises clínicas e de saúde pública da carreira (não revista) de técnico de diagnóstico e terapêutica, no local de trabalho indicado no n.º 4 deste aviso, com vista à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado cuja remuneração corresponderá à referida no mapa III do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, sendo as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para os trabalhadores da Administração Pública.

2 — Validade do concurso — o concurso é válido para a ocupação do posto de trabalho referido, caducando com o seu preenchimento.

3 — Conteúdo funcional — o conteúdo funcional do lugar a prover é o descrito na alínea *a)* do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, bem como o descrito no artigo 6.º e no n.º 1 do artigo 7.º deste último normativo.

4 — Local de trabalho — Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., Laboratório de Saúde Pública de Aveiro: um posto de trabalho.

5 — Requisitos de admissão a concurso:

5.1 — Requisitos gerais:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos completos;

c) Possuir as habilitações profissionais legalmente exigíveis para o desempenho do cargo a prover;

d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

f) Ser física e mentalmente saudável e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

5.2 — Requisitos especiais — estar habilitado com o curso superior de técnico de análises clínicas e de saúde pública, ministrado nas escolas superiores de tecnologia da saúde, ou outro legalmente reconhecido, em conformidade com a alínea *a)* e a alínea *c)* do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

5.3 — Ser titular de uma relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, por tempo indeterminado, determinado, ou determinável, no âmbito do Ministério da Saúde, nos termos do n.º 6 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e do despacho do Secretário de Estado da Administração Pública n.º 1335/2009/SEAP, de 12 de Outubro, sobre o qual o Ministro de Estado e das Finanças exarou despacho de concordância com o n.º 748/09/MEF, de 14 de Outubro,

que autorizou, a título excepcional, à ARS do Centro, I. P., proceder ao recrutamento de técnicos da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica em diversas profissões, tendo em vista a celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

6 — Métodos de selecção — avaliação curricular, complementada com entrevista profissional de selecção, em conformidade com o estabelecido no corpo do artigo 14.º e no artigo 55.º, ambos do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro e no artigo 2.º da Portaria 721/2000, de 5 de Setembro.

6.1 — Sistema de classificação final — de acordo com os n.ºs 1, 2, 3, 5 e 6 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

6.2 — Os critérios de apreciação, ponderação e valorização dos factores da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reuniões do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

7 — Formalização das candidaturas:

7.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante a apresentação de requerimento dirigido ao presidente do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., podendo ser entregue directamente nas instalações da ARS do Centro, I. P., (Secção de Expediente e Arquivo) sitas na Alameda de Júlio Henriques, sem número, 3001-553 Coimbra, nos períodos compreendidos entre as 9 e as 12 horas e as 14 horas e as 16 horas e 30 minutos, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, ou remetido pelo correio para a mesma morada, considerando-se, neste caso, apresentado dentro do prazo, se o mesmo tiver sido expedido até ao termo do prazo fixado neste aviso.

7.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal e telefone);

b) Categoria profissional e estabelecimento ou serviço a que o candidato se encontre vinculado;

c) Pedido para ser admitido a concurso e identificação do mesmo, mediante referência ao número, série e data do *Diário da República* onde se encontra publicado o respectivo aviso;

d) Habilitações literárias e profissionais;

e) Menção do número de documentos que acompanham o requerimento e sua identificação.

f) Endereço para onde deve ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso.

7.3 — O requerimento deve ser acompanhado, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

a) Certidão, passada pelo serviço a que o candidato pertence, donde conste a modalidade de contrato em funções públicas em que se encontra (por tempo indeterminado, determinado ou determinável), bem como do tempo de serviço prestado em Instituições, no âmbito do Ministério da Saúde;

b) Certificado comprovativo da posse do curso de Técnico de Análises Clínicas e de Saúde Pública, ministrado nas escolas superiores de tecnologia da saúde, ou seu equivalente legal, com a respectiva nota final, ou fotocópia do mesmo;

c) Três exemplares do *curriculum vitae*, devidamente datado e assinado, de que constem os elementos, documentalmente comprovados, necessários à avaliação curricular, em conformidade com o anexo I à Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro;

d) Os candidatos pertencentes aos diversos serviços da ARS do Centro, I. P., são dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos cujo preenchimento é exigido neste aviso, desde que os mesmos constem dos respectivos processos individuais, devendo referir o facto no requerimento.

8 — Não é exigida a apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos gerais referidos nas alíneas a), b), d), e) e f) do n.º 5.1 do presente aviso, desde que o candidato declare, sob compromisso de honra, no requerimento, em alíneas separadas, da situação em que se encontra relativamente a cada um desses requisitos.

9 — As falsas declarações ou a apresentação de documento falso são punidas nos termos da legislação aplicável.

10 — Os documentos cuja entrega é dispensada nos termos do n.º 8 deste aviso será exigida aquando da organização do processo de provimento.

11 — A notificação e publicidade aos candidatos, da relação de candidatos admitidos e excluídos e de classificação final do concurso, obedecerão, conforme os casos, aos procedimentos previstos nos artigos 51.º, n.º 2, 52.º, n.º 2 e 62.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro. Se, e quando houver lugar à afixação da relação de candidatos admitidos e, ou à lista de classificação final, serão as mesmas

afixadas nas instalações da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., Avenida de Fernão de Magalhães, 481, 2.º, Coimbra.

12 — O júri terá a seguinte composição:

Presidente — Maria Helena de Melo Teixeira Lopes Pais Borges, técnica principal de análises clínicas e de saúde pública do Laboratório de Saúde Pública da ARSC, I. P. — Coimbra.

Vogais efectivos:

Maria Odete Canas Vieira Rodrigues, técnica principal de análises clínicas e de saúde pública do Laboratório de Saúde Pública da ARSC, I. P. — Coimbra, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos.

Paula Maria Simões Pereira, técnica de 1.ª classe de análises clínicas e de saúde pública do Laboratório de Saúde Pública da ARSC, I. P. — Coimbra.

Vogais suplentes:

Ana Luísa Estêvão Basílio, técnica principal de análises clínicas e de saúde pública do Centro de Diagnóstico Pneumológico de Coimbra.

Maria Júlia Coelho Paes dos Santos, técnica de 1.ª classe de análises clínicas e de saúde pública do Centro de Diagnóstico Pneumológico de Coimbra.

30 de Dezembro de 2009. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Pedro Pimentel*.

19 de Janeiro de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Pedro Pimentel*.

202810679

Declaração de rectificação n.º 135/2010

Por ter havido lapso na redacção do aviso n.º 559/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 8 de Janeiro de 2010, a p. 936, procede-se à sua republicação, mantendo-se válidas as candidaturas entretanto apresentadas.

Procedimento concursal para ocupação de cinco postos de trabalho da categoria de técnico de 2.ª classe de saúde ambiental da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

1.1 — Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, da Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, do despacho do Secretário de Estado da Administração Pública n.º 1335/2009/SEAP, de 12 de Outubro, sobre o qual o Ministro de Estado e das Finanças exarou despacho de concordância, com o n.º 748/09/MEF, de 14 de Outubro e do Código do Procedimento Administrativo, faz-se público que, por deliberação de 17 de Dezembro de 2009 do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., se encontra aberto, pelo prazo de 20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso para ocupação de cinco postos de trabalho da categoria de técnico de 2.ª classe de saúde ambiental da carreira (não revista) de técnico de diagnóstico e terapêutica, dos agrupamentos dos centros de saúde abaixo discriminados, pertencentes à ARS Centro, I. P., com vista à celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado cuja remuneração corresponderá à referida no Mapa III do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, sendo as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para os trabalhadores da Administração Pública.

2 — Validade do concurso — o concurso é válido para a ocupação dos postos de trabalho referidos, caducando com o seu preenchimento.

3 — Conteúdo funcional — o conteúdo funcional dos lugares a prover é o descrito na alínea r) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro, bem como o descrito no artigo 6.º e n.º 1 do artigo 7.º deste último normativo.

4 — Local de trabalho:

Agrupamento de Centros de Saúde da Cova da Beira — dois postos de trabalho;

Agrupamento de Centros de Saúde do Dão Lafões II — três postos de trabalho.

5 — Requisitos de admissão a concurso

5.1 — Requisitos gerais:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;

b) Ter 18 anos completos;

c) Possuir as habilitações profissionais legalmente exigíveis para o desempenho do cargo a prover;